

ACM condena manobra contra PMDB

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que já não existe possibilidade de se chegar a um acordo e que serão mesmo instaladas no Senado duas CPIs, a do Judiciário e a do Sistema Financeiro. "Acordo não vai ter, seria ruim para seus autores e depois tem muita coisa que tem de apurar mesmo", disse Antonio Carlos Magalhães. O senador garantiu que a "CPI do Judiciário não vai atrapalhar o Governo", mas não quis assumir a mesma responsabilidade quanto à CPI do Sistema Financeiro. "A CPI dos Bancos não é iniciativa minha", esquivou-se.

ACM também censurou o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), que teriam sugerido ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na quarta-feira, o rompimento com o PMDB e a demissão de seus ministros. "Esta é uma atribuição exclusiva do Presidente da República, aos partidos não cabe opinar, é dever nosso facilitar o Governo e não dificultar-lhe", afirmou o presidente do Congresso.



Humberto Pradera

ACM: "Um acordo seria ruim"

Com a instalação das duas CPIs, por mais que neguem, ACM e o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), iniciaram uma corrida que tem como objetivo final a candidatura à Presidência da República em 2002. Aproveitando-se do vácuo decorrente do immobilismo

político do Governo provocado pela crise econômica, ACM e Jader entraram em campo carregando a bandeira da moralização no Judiciário e do sistema financeiro. Ambos, segundo auxiliares do Presidente, buscam dar visibilidade aos seus projetos políticos mas quem deve pagar a conta mesmo é Fernando Henrique Cardoso.

Quando ACM sugeriu a criação de uma CPI para investigar o Judiciário, Fernando Henrique lhe deu apoio entusiasmado, impedindo-o de voltar atrás quando Jader Barbalho, pegando como mote a venda de dólares pelo Banco Central ao banco Marka por cotação inferior à do mercado, propôs a criação da CPI do Sistema Financeiro. Mas mesmo com suas declarações públicas, o Presidente, segundo assessores do Governo na área econômica, não quer o funcionamento da CPI dos Bancos, pois teme que os trabalhos inviabilizem a normalization das relações do País com os investidores estrangeiros.

Apesar disso, o Presidente não está disposto, até o momento, a assumir o ônus de tentar inviabi-

zar a CPI. Mesmo preocupado com os seus desdobramentos, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse para vários interlocutores - entre os quais o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga - que não vai entrar nesta briga. O Presidente, dizem seus interlocutores, avalia que sua interferência só pioraria as coisas do ponto de vista político, além de transmitir à opinião pública a imagem de que seu governo tem algo a esconder.

Sem uma sinalização do Planalto contra a CPI dos Bancos, PFL e PSDB não sabem o que fazer. "Vou seguir a orientação do partido", disse o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, que dizem ter ido ao Presidente sugerir o rompimento com o PMDB junto com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. "É preciso priorizar, o Senado não pode dividir atenções", comentou o senador Carlos Wilson (PSDB-PE). Tucanos e pefe-listas só esperam ACM chegar a Brasília para saber quais os próximos passos a tomar.